

# A cultura em questões<sup>1</sup>

## Culture in "questions"

Caleb Faria Alves<sup>2</sup>  
calebfa@uol.com.br

### Resumo

*O setor de serviços e as políticas públicas têm feito um uso cada vez mais intenso do conceito de cultura. Proliferam cursos de gestão, programas de governo e pesquisas que se apresentam como diretamente concernentes a esse campo. Os dois últimos procuram, no entanto, suporte nas enquetes investigativas. Este artigo abordará comparativamente o conteúdo desse termo, explícito ou não, em algumas dessas enquetes no Brasil e na América Latina. A preocupação inicial é destacar os pressupostos do consumo de bens culturais contidos nas enquetes e o quanto eles estão ligados ao próprio campo cultural. Ou seja, identificar se a cultura é tratada como campo autônomo ou como acessória a preocupações que lhe são externas. Um parâmetro importante é salientar o quanto o gosto aparece enquanto elemento de imposição distintiva e não apenas como possibilidade gerada por uma faixa de renda. Em seguida, procuramos verificar como os setores público e privado se articulam na produção e uso desses dados, mantendo o foco nas definições. Entram em pauta, também, a academia e as redefinições recentes do papel dos intelectuais.*

**Palavras-chave:** cultura, surveys, políticas públicas.

### Abstract

*The service sector and public policies are increasingly making use of the concept of culture. Management courses, government programs and social research directly focusing on this field proliferate. They seek support, however, in investigative polls. This article addresses, comparatively, the content of this term – explicit or not – in some of these surveys in Brazil and Latin America. Our first goal is to highlight the assumptions used to qualify and measure the consumption of cultural goods contained in the polls – in other words, to which extent this consumption is linked to culture itself –, identifying whether culture is treated as an autonomous field or as an accessory to concerns that are external to it. An important parameter is to highlight how cultural preferences are treated as elements of distinctive imposition and not just as a possibility generated by income. Then we assess how the public and private sectors are articulated in the production and use of these data, keeping the focus on definitions. The article also discusses the academia and recent redefinitions of the role of intellectuals.*

**Keywords:** culture, surveys, public policy.

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, em Natal (RN).

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio A3, Bloco III, sala 106, Campus do Vale, 91509-900, Porto Alegre, RS, Brasil.

## Novas configurações do campo cultural e o papel da antropologia

A cultura tem se tornado, ao longo das últimas décadas, um conceito cada vez mais operativo. As políticas de patrimônio material e imaterial, o Prêmio Cultura Viva, os Pontos de Cultura, os mapas de cultura, as novas configurações das políticas culturais, a revisão do lugar da cultura no desenvolvimento e na economia, tudo isso tem exigido definições cujo significado remete a um conteúdo mais prático, passível de ser operacionalizado em pesquisas, de ser medido e quantificado, avaliado e julgado. Por outro lado, as pesquisas têm procurado atualizar seus conceitos e definições, buscando nas ciências sociais, com algum destaque para a antropologia, recursos para posturas mais democráticas, modernas e inclusivas. Buscamos investigar, neste trabalho, algumas dessas definições e seus usos.

Para a antropologia, a importância de empreender essa tarefa reside na necessidade de repensarmos a função social desse ramo do conhecimento. O fenômeno que assalta o conceito de cultura, na verdade, faz parte de uma conjuntura maior. Silvio Coelho dos Santos, um dos primeiros a trabalhar com laudos antropológicos, salientou que a realização desse tipo novo de incumbência profissional implicava uma dificuldade: "compreender a formação do juízo que vai fazer o julgador em relação ao laudo que produzimos" (Santos, 2005, p. 60). Em outro momento, num debate, ele esclareceu melhor a que se referia: estamos acostumados a lidar com conceitos de identidade e cultura que não se prendem a características estanques, mas dinâmicas. A decisão jurídica, no entanto, exige o dado fixo: é preciso nomear e reconhecer inequivocamente quem disputa um território em litígio. Ao antropólogo, entre outras coisas, cabe fornecer o indicador que permite o reconhecimento desse grupo.

Parece-me que há uma semelhança entre essa situação e a que encontramos nas enquetes sobre cultura. Citei os laudos por duas razões: a primeira, porque foi em torno desse tema que a questão mais foi debatida, sendo que muita coisa mudou desde a sua constatação; a segunda é que ela remete indiretamente ao tema da medição da cultura. Embora em situações diferentes, ambas tocam em questões que são afetadas pelas mesmas categorias de reflexão sobre cultura. Por exemplo, os quilombos urbanos, para citar um grupo específico, produzem artesanato, cultura tradicional ou étnica? De que forma seus produtos devem aparecer em enquetes sobre cultura? Esses dados são importantes para o Plano Setorial para a Cultura Afro-Brasileira atualmente em elaboração?

O que vemos hoje nas prefeituras e nos governos estaduais e federais é uma grande quantidade de definições que, conceitualmente, chegam a conter flagrantes contradições, às vezes, dentro dos mesmos programas. A convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da Unesco, por exemplo, do qual o Brasil é subsidiário e de onde importa a definição que apresenta nos textos oficiais, apresenta uma formulação próxima da positivista de cultura: entende-se por patrimônio cultural imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (Unesco, 2003). Ao mesmo tempo, em vários momentos, os documentos do governo brasileiro falam em sistemas simbólicos, aproximando-se da definição de Clifford Geertz. A própria continuidade do texto da Unesco é um pouco imprecisa: esse patrimônio que "se transmite de geração em geração" (*sic*) é "constantemente recriado" (*sic*) (Unesco, 2003).

Se nos depararmos com Geertz e Taylor é relativamente comum, Roy Wagner, por outro lado, não apareceu em nenhum texto que consultei. Sua ideia de cultura como invenção (Wagner, 2012) não casa muito bem com recortes necessários às enquetes e aos programas relativos à cultura. Caímos naquele problema relatado por Silvio Coelho dos Santos, pois a terminologia empregada nas pesquisas não encontra um paralelo adequado na tradição antropológica. Assim como é necessária a construção de um vocabulário que nos permita transitar entre as esferas profissionais do direito e da antropologia, eu me pergunto se é possível e desejável fazer o mesmo quanto às enquetes sobre cultura.

As definições presentes nos documentos internacionais que subsidiamos, ou nas nossas próprias produções, chegam aos governos de Estado e prefeituras. Por exemplo, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, do mesmo partido que a presidente, lançou um edital de concurso intitulado "Desenvolvimento da Economia da Cultura Pró-Cultura RS FAC-Prefeituras". Uma de suas finalidades foi produzir indicadores, informação e qualificação na área da cultura<sup>3</sup>. A Prefeitura do Município de Porto Alegre concorreu e foi contemplada e, atualmente, está em fase de elaboração do questionário a ser aplicado<sup>4</sup>.

O perigo de silenciarmos em relação a esse assunto é, no limite, aquele apontado por Benedict Anderson (2008) em *Comunidades Imaginadas*, o de nos subordinarmos a definições de grupos sociais feitas por um aparato público que elege as características distintivas dos mesmos e cria instituições para atendê-los segundo suas supostas especificidades. Com isso, influencia

<sup>3</sup> Ver edital Sedac 3/2012, Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2012).

<sup>4</sup> Os encarregados dessa pesquisa junto à prefeitura são: Fátima Ávila, Álvaro Santi e Mariana Recena Aydos. Eu me integrei ao grupo no ano passado, e foi essa atividade que propiciou uma concentração maior sobre o tema. Aproveito para agradecer a acolhida simpática, a generosidade no compartilhamento de documentos, várias das indicações bibliográficas utilizadas neste texto e o espírito de trabalho sério e comprometido com que conduzem suas atividades. Foi a partir do convívio com esse grupo que as reflexões presentes nesse texto foram desenvolvidas.

a identidade desses grupos ao exigir que eles ou se subordinem às classificações produzidas, ou não tenham sua existência reconhecida frente ao Estado. Uma fabricação que impõe, mesmo que a resposta a ela seja teatral, um desenho das divisões sociais com consequências profundas em políticas públicas e reconhecimento de direitos. Não estamos diante, claro, de um fenômeno comparável ao colonialismo, tema do livro de Anderson, mas podemos estar lidando com um princípio semelhante nesse aspecto específico.

A questão central, portanto, é: o quanto essas definições presentes nos documentos oficiais, nas pesquisas realizadas e nos programas como o Cultura Viva ou os Pontos de Cultura, nos mapas da cultura, na associação entre cultura e desenvolvimento, cultura e economia, estão construindo uma visão da cultura na nossa sociedade que tanto pode se aproximar do reconhecimento desta como um direito quanto engendrar uma invenção autoritária que projeta divisões sociais arbitrárias.

Não é intenção desse texto esgotar essa questão. Nesse momento, gostaríamos de avançar no debate propondo uma discussão sobre o conceito de cultura presente em algumas enquetes nacionais e estrangeiras sobre cultura. Trata-se de uma investida exploratória. Como primeira pergunta, a proposta é identificar as definições e sua operacionalização. As inconstâncias, contradições e descontinuidades são importantes pelo que revelam do tratamento dado aos pontos aos quais se referem, podendo, inclusive, evidenciar recorrências. Em outras palavras, os indicadores culturais, no seu conjunto, conformam exatamente que noção de cultura? Para começar a responder essas perguntas, passaremos ao exame do conteúdo das pesquisas.

## Definições e contornos da cultura nas pesquisas atuais

Ghezzi e Catelli (2012), em um artigo sobre diagnósticos de práticas culturais voltadas para a formulação de políticas públicas de cultura adequadas à realidade sociocultural, listam os principais indicadores construídos no Brasil. A primeira pesquisa, segundo as autoras, foi a realizada em 1999 pelo IBGE. Em seguida, destacam as pesquisas do IPEA, as realizadas por Isaura Botelho, pelo SESC e o DNA Paulistano pelo Datafolha. Além dessas, no âmbito nacional, destaca-se ainda a realizada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ) É mais difícil e raro conseguir dados sobre pesquisas na América Latina. Tenho conhecimento de duas, uma delas muito bem elaborada, a realizada no Chile entre 2004 e 2005, e a outra realizada em Bogotá em 2011. Passaremos a um exame mais detalhado do conteúdo dessas pesquisas.

A pesquisa realizada pelo IBGE desdobrou-se, na sequência, numa parceria com o IPEA, e seu resultado foi publicado em 2006 no Suplemento Cultural do Ministério da Cultura (IBGE/MinC, 2006). Os dados produzidos são do interesse de quem investiga hábitos culturais, mas não se referem diretamente

a essa temática. Trata-se de um levantamento sobre a gestão cultural nos municípios, apresentando estatísticas sobre a infraestrutura de órgãos gestores de cultura, legislação municipal, instrumentos de gestão, conselhos, fundos de cultura, etc. A diversidade anunciada nas intenções refere-se às variações nos contextos de gestão.

A pesquisa realizada pelo Datafolha em 2012 (*Folha de S. Paulo*, 2012) também foge um pouco ao escopo presente. Menos do que investigar hábitos culturais, está preocupada com os perfis dos moradores dos bairros da cidade de São Paulo. As perguntas buscam auferir o quanto estão satisfeitos com o local onde residem, se gostariam de mudar de bairro, por quais motivos, etc. Aborda a formação educacional e práticas culturais, mas o faz juntamente com medidas sobre a avaliação dos usuários quanto aos serviços de abastecimento de água, rede de esgotos e iluminação pública. Os recortes e objetivos principais, portanto, não privilegiam essa temática, fazendo com que os cruzamentos de dados e os resultados apresentem-se deslocados da intenção deste artigo.

A Fecomércio RJ realiza anualmente, desde 2007, uma pesquisa sobre hábitos culturais do brasileiro através da Ipsos. A primeira abrangeu mil domicílios em 70 cidades do país. Na primeira linha da apresentação dos resultados, embora alerte que se trata de senso comum, define cultura como conhecimento e erudição. Em seguida, menciona que há muitas acepções de cultura com diferentes níveis de profundidade e especificidade. Termina por esclarecer que "não pretende analisar os hábitos de cultura do brasileiro, mas os hábitos de lazer relacionados à cultura, como ler um livro, assistir a um filme no cinema, visitar exposições, ir ao teatro e a espetáculos de dança" (Sistema Fecomércio RJ, 2007, p. 1).

O texto associa cultura à inserção social e ao desenvolvimento do país. "A meta é repensar o papel da cultura numa sociedade moderna que não considera lazer cultural uma forma de entretenimento" (Sistema Fecomércio RJ, 2007, p. 1). À guisa de conclusão geral, na primeira página, coloca ainda que "mais da metade dos entrevistados (55%) não leu nenhum livro, não foi ao teatro, não visitou nenhuma exposição de arte, assistiu a um show de música ou dança ou sequer foi ao cinema em 2007. O motivo: falta de hábito ou gosto." A causa desse quadro estaria ligada a questões intergeracionais: os pais não estimulariam esses hábitos nos filhos porque eles mesmos não os têm. Um dos pontos mais interessantes dessa pesquisa são as perguntas formuladas na negativa. Por exemplo: por que não leu nenhum livro? (Sistema Fecomércio RJ, 2007, p. 3). Outro ponto em destaque são as perguntas sobre o quanto o entrevistado acha justo pagar por um livro, peça de teatro, etc.

A pesquisa realizada pelo SESC, aplicada entre agosto e setembro de 2013, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, abrangeu 139 municípios brasileiros através de 2.400 entrevistas com pessoas acima de 16 anos (SESC, 2013). Trabalhou com cotas de sexo e idade, divisão de municípios por porte (pequeno, médio e grande) e estratificação por localização do domicílio. Após apresentar os dados da pesquisa, encontramos uma síntese

cuja primeira frase é: "a realização da pesquisa Públicos de Cultura é o primeiro passo para ampliar a discussão sobre o tema"<sup>5</sup>. Na continuidade, avisa que pretende identificar hábitos e gostos culturais (*sic*). Os primeiros dados apresentados, no parágrafo seguinte, referem-se à identificação étnica, ao grau de escolaridade, à inserção no mercado de trabalho e ao perfil socioeconômico dos entrevistados. A parte intitulada "lazer, atividades culturais e uso do tempo", na mesma página, começa discorrendo que "aproximadamente metade dos entrevistados afirmou que nas horas livres dos fins de semana se dedica a atividades dentro de casa e/ou faz atividades de lazer/entretenimento, como ir a restaurantes, shoppings, sair com amigos etc." (SESC, 2013).

A parte seguinte, mais abaixo, "Públicos de cultura e gostos", conclui que,

*[e]m termos gerais, é pequeno o leque de atividades culturais realizadas pelos pesquisados: 89% nunca foram a um concerto de ópera ou música clássica em sala de espetáculo e 83% em qualquer outro local; 75% nunca foram a espetáculos de dança ou balé no teatro; 71% nunca estiveram em exposições de pintura, escultura e outras artes em museus ou outros locais e 70% nunca foram a uma exposição de fotografia (SESC, 2013).*

A pesquisa revela que as atividades culturais com que a maior parte da população entrou em contato pela primeira vez foram: o circo (29%), o cinema (16%) e o teatro (11%). As únicas atividades que a maioria afirmou ter realizado foram: "assistir a um filme em casa ou outro lugar diferente do cinema (91%), dançar em bailes e baladas (80%), ir ao cinema (78%) e ao circo (72%), ler um livro por prazer (69%), assistir a um show de música em casa ou outro local diferente de casas de espetáculos (69%) e ir a bibliotecas (58%)" (SESC, 2013).

Outros pontos interessantes da pesquisa foram: investigar em companhia de quem essas atividades foram usufruídas; se há equipamentos culturais nas cidades; como os entrevistados se informam a respeito delas; e se produzem alguma atividade artística. As tabelas que especificam os gostos são bastante detalhadas. A sobre televisão, por exemplo, lista 22 opções (novelas, filmes, etc.). Abrangeu ainda, além da televisão, o uso da internet, computador e celular. As primeiras tabelas apresentadas são relativas a estado conjugal, religião, usos que costuma fazer do celular, posse de celular e meio através do qual costuma se informar sobre o que acontece na cidade onde reside, no Brasil e no mundo.

A pesquisa conduzida por Isaura Botelho e Maurício Fiori realizou 2.002 entrevistas na região metropolitana de São Paulo. A primeira fase, entre 2001 e 2004, focou o uso de tempo livre e as práticas culturais (Botelho e Fiori, 2004). Esta mesma etapa incluiu ainda a dinâmica religiosa e o perfil sociodemográfico da população. As duas outras etapas previstas abordaram o mercado de trabalho e a sociabilidade, entre outros temas. Em suas reflexões, Botelho aborda o desequilíbrio entre crescimento ur-

bano e distribuição de equipamentos culturais. De acordo com a pesquisadora:

*Estas são pesquisas que, trazendo dados mais amplos, podem demonstrar, por exemplo, que a vida cultural da população não é feita pelas práticas legitimadas, aquelas com as quais se preocupam os gestores culturais que administram os equipamentos da cidade, práticas ditas de elite (teatro, museus, bibliotecas, por exemplo), mas sim pelo recurso a equipamentos e produtos da indústria cultural, sobretudo eletrônicos (Botelho, 2005, p. 1).*

Com base nos resultados, a autora formula uma crítica bastante incisiva às políticas públicas e à ideia de democratização cultural:

*Por algum tempo, acreditou-se que o essencial era construir centros de cultura ou incentivar a frequência a museus ou teatros, desenvolver políticas de facilitação de acesso à cultura que trariam, quase que automaticamente, uma resposta positiva da população antes excluída deste terreno. A experiência mostrou que isto não bastava, e que uma mudança fundamental de paradigma era necessária: não se trata mais de se falar em democratização cultural, que foi o objetivo central da maioria das políticas culturais pelo mundo afora. Trata-se, sim, de aceitar a diversidade de padrões de cultura e, considerando o conjunto do que é produzido e colocado à disposição, observar de forma mais efetiva a existência de vários públicos (Botelho, 2005, p. 2).*

Feitas essas observações, a pesquisa começa por se concentrar em equipamentos ditos clássicos (*sic*) por serem mais óbvios (*sic*) do ponto de vista do poder público e por serem mais identificados com uma cultura de elite (*sic*). Ao discutir esse tema, entretanto, introduz uma variável importante e inusitada que faz com que as observações anteriores sobre os públicos diversos e sobre o desequilíbrio ganhem uma dimensão visível e analítica: compara, primeiramente, a distribuição dos equipamentos culturais com o sistema de transporte. Mais adiante, explora o fato de que facilidade de acesso, embora essencial, não significa utilização.

Uma outra característica importante surge em seguida no tratamento das bibliotecas. Seus dados mostram que, além de suas atividades tradicionais, muitas delas funcionam como centros culturais, desenvolvendo atividades de dança, teatro e música, além de terem programas para a terceira idade e crianças e de oferecerem acesso à internet (Botelho, 2005, p. 7-8). As escolas também são pensadas enquanto equipamentos culturais e, nesse sentido, o problema da oferta dentro das instituições é colocado em outros termos, não apenas como concernente a centros culturais e museus propriamente ditos.

O leitor, portanto, não apenas se confronta com dados sobre frequência ou sobre uma avaliação da distribuição dos equipamentos, mas com uma reflexão sobre seus usos, suas po-

<sup>5</sup> A pesquisa não vem paginada; é consultada através de hiperlinks que abrem textos extensos. As citações seguintes foram tiradas de SESC (2013).

tencialidades, sobre a relação entre o que se concebe enquanto cultura e o uso que se faz dos espaços disponíveis para tal, sobre acesso tanto físico quanto simbólico. Parece-me que há duas sugestões principais no texto: a primeira, que democratizar acesso à cultura não significa apenas melhorar o acesso, mas também o que se entende por cultura; a segunda, que frequência precisa ser matizada com disponibilização e campos de produção cultural, ou o dado é vazio de significado. Em outro texto, os autores mostram, por exemplo, que "morar no centro expandido representa 160 % de chances a mais de ser um grande praticante em relação àqueles que residem em outras regiões" (Botelho e Fiori, 2004, p. 4).

No âmbito latino-americano, destacam-se, por suas peculiaridades, duas outras pesquisas, a realizada no Chile entre 2004 e 2005, e a realizada em Bogotá em 2011. No primeiro caso, foi utilizada a categoria do consumo, entendido

*como una práctica cultural, un espacio de comunicación [aquí os autores citam M. Douglas y B. Isherwood] en su terminología más abierta. Sin embargo, también creemos que pensar el consumo cultural y el sentido de su definición teórica nos obliga a un esfuerzo analítico donde el desplazamiento del creador al observador nos permita también situarnos desde la perspectiva de las audiencias, del espectador, del público. De ahí que Martín-Barbero entienda que "el consumo no es sólo reproducción de fuerzas, sino también producción de sentidos", porque es en las dinámicas del consumo, en sus múltiples dimensiones y escenarios donde se practica, que es oportuno realizar interpretaciones sobre los fenómenos culturales, sin perder de vista la multiplicidad de situaciones y actores en los cuales se desarrolla. [...] De ahí que las derivaciones o adjetivaciones de esta práctica (consumo cultural, consumo simbólico, etc.) se vean cuestionadas en la medida que se apela no a la práctica sino a los practicantes, los cuales no siempre son consumidores, aún cuando realicen una práctica de consumo (Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, 2007, p. 5).*

A noção de objetos artísticos também ganha uma definição elaborada:

*aquellos bienes que corrientemente se conocen como obras de arte, artesanías o a los objetos de valor arqueológico. La posesión de este tipo de bienes se ha considerado indicativa de los niveles de importancia asignada al arte como parte de la cotidianidad de las personas (Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, 2007, p. 76).*

Como se vê, essa pesquisa procura abordar dois elementos bastante importantes para a antropologia: o processo de significação e a valoração da arte. Sua realização depende de tomar a definição de artístico de forma ampla, incluindo artesanatos e objetos arqueológicos, e de considerar que o consumo é uma maneira de classificar e ordenar o mundo. No mais, como as outras pesquisas, levanta dados sobre teatro, dança, espetáculos musicais, museus, livros, etc. Além disso, tem uma parte sobre práticas culturais dos entrevistados e sobre equipamentos presentes no lugar onde foram feitas as entrevistas.

Todas as anteriores mencionaram a importância do levantamento de dados para a implantação de políticas culturais e fizeram alguma associação, sutil ou explícita, entre cultura e desenvolvimento. A única que encontrei neste levantamento que trata desses elementos de forma muito direta, no entanto, foi a realizada em Bogotá. Depois de levantar dados socioeconômicos, o questionário inclui perguntas como: você se sente bem morando em Bogotá? Devem ser fechados os periódicos que dizem mentiras? Gostava das aulas no colégio? Grafites, mesmo sendo artísticos, causam danos à sociedade? Deve-se punir severamente quem vende produtos piratas? O risco, aqui, evidentemente, é tomar a temperatura em relação a certos temas polêmicos com o intuito de determinar medidas que agradem a maioria, transformar cultura numa questão de opinião pública. Por outro lado, são questões que, bem trabalhadas, poderiam revelar aspectos importantes de como as pessoas associam bem-estar, espaço público, educação e cultura.

## O dado e as perguntas em aberto

Uma característica comum a todas essas pesquisas é a presença de um núcleo que foi definido por Botelho (2005) como clássico: teatro, cinema, livros, dança e música. Parece que não se pode falar em cultura sem mencionar esses nomes. A importância da internet varia bastante, assim como do celular e dos equipamentos portáteis. Algumas dessas pesquisas procuraram superar a noção tradicional de que o papel do poder público é ofertar ou oportunizar a fruição cultural, de que cultura se aprende na escola, devendo ser melhor difundida para que haja mais audiência. A solução encontrada na pesquisa do SESC foi incorporar perguntas sobre produção cultural. A da Fecomércio RJ procurou a saída pela pergunta negativa, indagando o porquê do não consumo. Estratégias interessantes, mas que esbarraram em noções pouco trabalhadas de cultura e consumo. Embora todas partam de críticas a uma noção elitista de cultura, que considera apenas o núcleo clássico citado acima, nem todas lograram um conceito mais moderno que pudesse ser corporificado na enquete realizada. Quanto a esse último ponto, cabe destacar as pesquisas de Botelho e a realizada no Chile, ambas com um conceito de consumo mais amplo, entendido como evidência do processo classificatório. A segunda logrou investigar, ainda que de forma limitada, a valoração da arte. Botelho incorporou de maneira mais acentuada que as outras pesquisas as oportunidades de consumo e as mesclou com o significado do consumo. Foi a pesquisa que menos procurou resultados objetivos e definitivos dentre as analisadas. Não sabemos em definitivo, por exemplo, se determinado índice de frequência se deve à dificuldade de transporte, de domínio de códigos de acesso ou ao fato de que o entrevistado está dentro de outro universo cultural que não pode ser plenamente capturado.

No que diz respeito às bibliografias, as pesquisas têm poucas referências no campo das ciências sociais. A pesquisa da Fecomércio RJ tenta contornar a questão com uma noção de

hábitos que não resolve o problema, na medida em que é preciso delimitar o que compreende a cultura para que se possam investigar os hábitos relativos a ela. Com isso nos deixa com a definição do senso comum de cultura como conhecimento e erudição. A realizada pelo SESC, ao iniciar com dados sobre estratificação social, corre o risco de subordinar a cultura à economia. Como os índices de frequência no núcleo clássico que compõe a cultura são maiores entre as classes mais ricas, acaba reforçando a ideia de que as classes mais ricas consomem e produzem mais cultura. A do Chile cita Pierre Bourdieu, Mary Douglas e Baron Isherwood, dentre os mais próximos da antropologia e da sociologia. Foram essas referências que lhe permitiram um conceito mais elaborado de cultura, citado no parágrafo anterior, com resultados que permitem visualizar dinâmicas de significado. Botelho citou também Pierre Bourdieu e as pesquisas realizadas na França pelo Ministério da Cultura. Menciona ainda as críticas de Bernard Lahire às categorias a partir das quais a cultura é pensada. Foi a que mais avançou na procura de conceitos abertos a dinâmicas imprevistas.

Como se percebe, uma referência constante nas pesquisas sobre cultura é o livro de Pierre Bourdieu, *A distinção*<sup>6</sup>, publicado em 1979. A sua abordagem caracteriza-se por dois pressupostos: "escapar do economicismo" e "estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto" (Bourdieu, 2007, p. 9). Essas duas premissas são importantes para a superação da produção e consumo de bens culturais enquanto inclinações inatas. A cultura, para o autor, não é uma decorrência do campo econômico, mas produtora dele. A fruição depende de um código, e sua aquisição através da educação formal e informal define entrada e pertencimento a grupos que trocam muito mais do que seus gostos em comum, trocam também parcerias e associações diversas, com consequências para suas carreiras econômicas. Em resumo, o gosto classifica, define posições na estrutura social.

O entendimento da dinâmica desses processos classificatórios depende das homologias entre as áreas de consumo. Esse aspecto, do meu ponto de vista, é o mais negligenciado pelas pesquisas e é o que mais compromete a qualidade dos dados obtidos. A de Bogotá procura relacionar elementos pouco associados nas outras, mas, na verdade, é de se supor que a orientação seja mais política que sociológica ou antropológica. A única que parece avançar nesse campo é a realizada por Botelho. Ao propor vinculações entre as redes de comunicação e o consumo, ela não está preocupada com a difusão da informação, mas com o universo a partir do qual o sujeito preside suas escolhas. O seu objetivo não é entender a presença do público, menos ainda quantificá-lo, mas sim a relação mantida com os equipamentos culturais e com os meios de informação.

Algumas tentativas de relacionar os campos de produção cultural uns com os outros e com outras esferas da vida social menosprezaram as estruturas internas desses campos. Ao

tratarmos-nos como todos homogêneos, perderam a capacidade de investigar as diferentes disposições internas a eles frente ao conjunto das posições. Para Bourdieu, "a estrutura segundo a qual se organizam esses indicadores dos diferentes estilos de vida corresponde à estrutura do espaço dos estilos de vida, tal como ela foi estabelecida, portanto, à estrutura das posições" (Bourdieu, 2007, p. 244). Essa interpenetração constante de um espaço por outro depende da capacidade de ressignificação que um membro de um grupo tem dos indicadores dos outros estilos de vida e de sua empreitada ser compreendida. Os intelectuais, por exemplo, têm alta capacidade de conversão de objetos de origem diversa em indicadores de sua posição social. Podem se apropriar de elementos tomados da chamada cultura erudita tanto quanto do artesanato e usar seu capital cultural para convertê-los em sinais distintivos de suas posições. Para perceber essas dinâmicas, Bourdieu pesquisa, por exemplo, as diferentes conversões de capital econômico em capital escolar e vice versa. Assim, os recortes e cruzamentos de dados precisariam ser mais complexos do que encontramos até o momento para seguirem de fato as propostas desse autor.

A estratégia de Bourdieu para enfrentar esse desafio foi inserir questões que pudessem gerar indicadores puramente simbólicos. Por exemplo, a pergunta 26 do questionário aplicado para o livro *A distinção*: com quais temas a seguir o fotógrafo tem chances de fazer uma foto (bela) (interessante) (insignificante) (feia): uma paisagem; um acidente de trânsito; uma menina brincando com um gato; etc. Não se trata de frequência em um centro cultural ou de gostar de cinema, mas de produzir um dado ligado à apreciação e usá-lo como recorte de pesquisa. A dificuldade (imensa), nesse caso, é definir itens e questões que possam servir a esse propósito.

Percebemos que as pesquisas analisadas, no geral, aproximam-se de uma visão muito canônica de cultura. Algumas correm o risco de reforçar os processos de exclusão ao tomar como referência um único padrão de cultura e medir apenas a frequência ao mesmo, não deixando de indicar que a classe mais baixa é menos assídua. Dentro dessa perspectiva, consumir é ato de educação ou vontade. Sabemos que cultura implica muito mais do que isso e que suas características podem estar presentes em enquetes, como bem o demonstram, principalmente, as pesquisas de Botelho e a realizada no Chile, cuja qualidade está diretamente ligada à incorporação de conceitos mais elaborados de cultura e consumo.

A grande ausência, portanto, são os recortes sensíveis. Há ainda pouquíssima exploração da cultura em si como elemento determinante da vida social, como fator a partir do qual medir outras aproximações. No geral, percebemos que há elementos que permitem superar uma noção congelada de cultura e avançar na compreensão de dinâmicas sociais. Um próximo passo nessa direção poderia ser explorar as traduções dos indicadores de um espaço social nos termos das estruturas de outros espaços.

<sup>6</sup> Para um apanhado sintético e preciso da obra de Pierre Bourdieu e de sua influência nas pesquisas sobre cultura ver Goldstein (2008).

Sem investigarmos essas qualidades, as pesquisas correm o risco de, em vez de ampliar, limitar a capacidade de intervenção do Estado, recaindo na simples sugestão de inculcação de valores através da educação.

## Referências

- ANDERSON, B. 2008. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 330 p.
- BOTELHO, I.; FIORI, M. 2004. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, VIII, Coimbra. Disponível em: [www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IsauraBotelho\\_MauricioFiore.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IsauraBotelho_MauricioFiore.pdf).
- BOTELHO, I. 2005. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. *Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 43/44:1-19. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/espaco\\_debates.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/espaco_debates.pdf). Acesso em: 01/06/2014.
- BOURDIEU, P. 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk, 560 p.
- CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES. 2007. Encuesta de Consumo Cultural 2004/2005. Valparaíso, Consejo Nacional de la Cultura e las Artes, 101 p.
- FOLHA DE S. PAULO. 2012. DNA Paulistano 2012. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/dnapaulistano/> Acesso em: 26/09/2014.
- GHEZZI, D.R.; CATELLI, R.E. 2012. Indicadores quantitativos, pesquisas sobre hábitos culturais e políticas públicas de cultura. In: Seminário Internacional – Políticas Culturais, IV, Rio de Janeiro, 2012. *Anais... Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 15 p. Disponível em: <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/issuu/Nj10NjgyOS81NDU1N-TYz>. Acesso em: 01/06/2014.
- GOLDSTEIN, I. 2008. Hierarquias da cultura. *Revista Cult*, 11(128):59-61.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 2012. Edital SEDAC 3/2012. Disponível em: <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/wp-content/uploads/2012/04/Edital-n%C2%BA-3-de-2012-Desenv.-da-Economia-da-Cultura-FAC-Prefeituras.pdf>. Acesso em: 31/05/2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)/MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). 2006. Pesquisa de informações básicas municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros. Cultura. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>. Acesso em: 26/09/2014.
- SANTOS, S.C. dos. 2005. Comentário sobre a carta de Ponta das Canas. In: I.B. LEITE (org.), *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis, ABA/NUER, p. 59-62.
- SESC. 2013. Públicos de Cultura. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura/sintese/> Acesso em: 01/05/2014.
- SISTEMA FECOMÉRCIO RJ. 2007. Pesquisa Cultura no Brasil. Disponível em: <http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/media/Pesquisa%20Cultura.pdf>. Acesso em: 01/06/2014.
- UNESCO. 2003. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794>. Acesso em: 31/05/2014.
- WAGNER, R. 2012. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 384 p.

Submetido: 30/08/2014

Aceito: 30/09/2014